

A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DA

UNIDADE

> **Principais grupos políticos da UFRJ tentam formar chapa única para reitoria, mas ainda estão longe de acordo**

ANA BEATRIZ MAGNO E
FERNANDA DA ESCÓSSIA

comunica@adufjrj.org.br

Apenas dez dias do prazo final para inscrição das chapas que irão disputar a reitoria, em 18 de fevereiro, a UFRJ está longe do consenso necessário para lançar uma candidatura única, que agregue os dois principais grupos políticos da universidade. A cisão ficou explícita na plenária realizada na tarde de quinta-feira (7), no Centro de Ciências da Saúde.

A reunião começou com a leitura de um esboço de programa da candidatura de uma Frente Ampla, elogiado e aceito por todos, mas, já no segundo ponto de pauta, a discussão de nomes expôs divisões que ameaçam implodir a unidade.

O reitor da UFRJ, professor Roberto Leher, não disse claramente que é candidato — mas, para quem assistiu à plenária, ficou claro que seu grupo defende a reeleição e dificilmente abrirá mão da cabeça da chapa, o que dificulta a negociação.

Pedro Lagerblad, professor do Instituto de Bioquímica Médica, explicitou o temor de que Leher não seja nomeado e a subsequente crise para a UFRJ: “A gente não vai conseguir confrontar as regras da eleição, os nomes, chamando o governo para o confronto no momento de sua maior força”, afirmou.

Para Lagerblad, insistir com Leher é estratégia de alto risco. “Não acho que ele seja palatável para este governo. E não dá para a gente insistir com ele, dizendo ‘a unidade *c’est moi*’”, afirmou Lagerblad, numa referência à histórica frase do monarca francês Luís XIV, “o Estado sou eu”.

COMISSÃO VAI MEDIAR NOMES

Um dos nomes cogitados pela oposição é o da professora Denise Pires de Carvalho (Instituto de Biofísica), que foi derrotada por Leher na eleição de 2015, mas venceu entre os professores. Na tentativa de costurar um acordo com a reitoria, Denise chegou a retirar a candidatura. Seu grupo e setores da Coppe apresentaram, então, uma composição aos negociadores de Leher. Ela tinha José Carlos Pinto, diretor do Parque Tecnológico, como reitor, e Francisco Esteves, um dos responsáveis pela criação do campus da UFRJ em Macaé, como vice. A reitoria rejeitou.

“Era uma chapa absolutamente ótima! Por que ela foi rejeitada pela reitoria?”, indagou a professora Ligia Bahia, diretora da Adufjrj que ressaltou a posição generosa da colega que abriu mão de concorrer. Com a negativa, vários setores tem defendido o retorno de Denise à disputa.

Do outro lado, a professora Selene Maia, da Matemática, foi uma das maiores defensores da chapa de Leher. Ela afirma que não é uma questão pessoal sobre José Carlos Pinto, mas que não vê nele perfil de reitor. Disse que não é possível, por medo ou covardia, barrar o nome de Leher. “Meu reitor é alguém que não se intimidou”, afirmou.

O pró-reitor Agnaldo Fernandes, prin-

cipal articulador político de Leher, disse que ainda não está decidido se o reitor vai ou não se lançar e que há espaço para negociar até “16 horas do dia 18”. Afirmou que não houve veto a nomes, mas explicitou a dificuldade das conversas: “Vamos falar com franqueza. A gente não se atura no dia a dia da UFRJ. A gente só está junto negociando porque está diante desse governo, mas, na real, a gente não se atura”, admitiu, provocando imediata reação da plateia.

“É muito difícil começar uma negociação nos termos do ‘se aturar’. Precisamos estar à altura do nosso desafio”, criticou o professor Eduardo Raupp, do Coppead e diretor da Adufjrj. “Consensos são construídos. Não podemos deixar nas mãos do governo uma solução para a UFRJ, por um erro nosso”, destacou.

Ao final do encontro, foi criada uma comissão de mediação para tentar chegar a um acordo sobre candidatos. Há, inclusive, a possibilidade de que da Frente Ampla saiam duas chapas.

Último a falar, o professor Roberto Medronho, diretor da Faculdade de Medicina, fez um apelo à unidade. Articulador da candidatura de Denise Pires de Carvalho e depois da chapa Pinto-Esteves, disse que todos precisam abrir mão de algumas coisas. “Precisamos definir três pontos: temos condição de bancar algo diferente do que diz a lei? Haverá segundo turno? Se tiver, será mantido um acordo de cavalheiros, pela não agressão?”, indagou. Medronho alertou para o risco de, sem acordo, a UFRJ eleger um reitor que não consiga tomar posse, numa vitória de Pirro — daquelas que causam tantas baixas que, ao final, têm sabor de derrota.

A paridade no centro do debate

Na sucessão da UFRJ, a forma como será feita a consulta à comunidade acadêmica ainda provoca muitas dúvidas, bem como o peso da representação de docentes, técnicos e estudantes nessa consulta. Nota técnica do MEC de dezembro do ano passado determina que a consulta deve obedecer ao que diz a lei 9.192, de 1995, que regulamenta as eleições para reitores das federais. Pela lei, a escolha é feita em Colégio Eleitoral composto por pelo menos 70% de professores. Do colégio eleitoral sai a lista tríplice a ser enviada ao MEC. O presidente da República nomeia um dos integrantes da lista.

A legislação também diz que “em caso de consulta prévia à comunidade, nos termos estabelecidos pelo colegiado máximo da instituição, prevalecerá o peso de setenta por cento do pessoal docente”. Assim, duas perguntas surgem:

● HAVERÁ PARIDADE?

A paridade, com pesos iguais entre os segmentos, é uma conquista democrática. Porém, diante do risco de o MEC anular a consulta paritária caso entenda que ela desrespeita a lei, há quem defenda, num recuo estratégico, separar totalmente a consulta do Colégio Eleitoral.

● COMO SERÁ A CONSULTA?

A escolha do reitor é feita em três etapas na UFRJ. Na primeira, estudantes, técnicos e professores participam, com peso de 1/3 para cada segmento. Na segunda, quem vota é o Colégio Eleitoral, com peso de 70% para docentes, 15% para alunos e 15% de técnicos. Na terceira, a lista é enviada para o MEC e o presidente escolhe. Segundo nota do MEC, se a consulta tiver peso inferior a 70% de docentes, há possibilidade de anulação. Uma alternativa é transformá-la numa espécie de pesquisa eleitoral, realizada por organismos externos à UFRJ, como entidades de professores, técnicos e estudantes.

ENTREVISTA | ROBERTO MEDRONHO, DIRETOR DA FACULDADE DE MEDICINA

“DENISE ABRIU MÃO. NÃO VI A MESMA DISPOSIÇÃO DO REITOR”

Como o senhor analisa a criação de uma Frente Ampla na UFRJ?

Foi uma iniciativa louvável da reitoria, tendo em vista a conjuntura desfavorável, que exige efetiva união do mais amplo leque de pessoas que acreditam na ciência, na tecnologia e no ensino laico.

As negociações por uma chapa única estão emperradas. Haverá consenso?

O professor Roberto Leher não retira sua candidatura nem se coloca. Para nós, está claro que ele é candidato, e acho legítimo que ele seja candidato.

Mas poderiam deixar isso mais claro. A gente fica buscando nomes, quando, na verdade, ele é candidato.

Tive com ele uma relação republicana, embora discorde e tenha críticas à sua administração. Mas muita gente aqui acha, e eu me incluo entre essas pessoas, que o professor Roberto Leher não unifica a UFRJ.

Qual o risco de uma implosão da Frente Ampla?

A professora Denise abriu mão de sua candidatura em busca de um nome de



consenso. Não vi essa mesma disposição no grupo do professor Leher. Podemos ter duas chapas ligadas à Frente Ampla, mas ficará a pergunta: quem dividiu a Frente Ampla? Não fomos nós.

FOTOS FERNANDO SOUZA



ARTICULAÇÃO: Agnaldo e Leher na plenária da Frente Ampla



ADUFRJ: Ligia Bahia alertou sobre autoritarismo do governo



OPOSIÇÃO: professora Denise Pires é cotada para reitoria



INSALUBRIDADE

Pagamento será feito em março

> Ações judiciais movidas pela Adufrj e pelo Sintufrj garantiram adicionais ocupacionais

SILVANA SÁ

omunica@adufjr.org.br

Os adicionais ocupacionais vão voltar a ser pagos no próximo mês. É o que garante a Pró-reitoria de Pessoal. A próxima prévia do contracheque, disponível a partir do dia 20 deste mês, já apresentará os adicionais de insalubridade, periculosidade ou radiação ionizante. Os valores são consideráveis e podem chegar a 20% do salário-base de professores e técnicos-administrativos. A Adufrj e o Sintufrj entraram com ações judiciais exigindo a recomposição imediata dos benefícios. Mais de seis mil servidores — desses, 1.300 docentes — tiveram os percentuais suspensos. A Justiça concedeu liminar favorável aos sindicatos, o que obrigou a UFRJ

a cadastrar todos os beneficiários num sistema de ações judiciais.

Pedro e Sá da Silva Campos, superintendente da PR-4, contou que foi formada uma força-tarefa para que este cadastro fosse finalizado ainda nesta semana. “O prazo permitiu que desse tempo de os adicionais entrarem na próxima prévia”. Em paralelo, a PR-4 continua a realizar laudos periciais para inserir no sistema Siape-Saúde. Até o momento, cerca de 400 servidores tiveram suas informações passadas, em definitivo, para o novo sistema. A suspensão dos adicionais se deu porque a UFRJ não cumpriu o prazo de oito meses dado pelo Ministério do Planejamento para migrar as informações para o novo sistema. Quem seguir com o problema deve enviar e-mail para adicionais2019@pr4.ufrj.br.

CONSTRANGIMENTO DIANTE DE REITORES

Diante de dirigentes da associação de reitores das universidades federais, o ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, repetiu parte das polêmicas declarações à revista Veja — na qual defendeu o pagamento de mensalidades nas universidades, demonstrou simpatia pelo Escola Sem Partido e ameaçou punir reitores via Lei de Responsabilidade Fiscal.

A reunião com a Andifes, realizada no fim de janeiro, tinha como objetivo apresentar ao ministro o sistema formado pelas universidades federais. A Andifes defendeu a autonomia universitária. “Mostramos como as universidades contribuem para ciência e a pesquisa no país”, destacou o secretário-executivo da instituição, Gustavo Balduino.

Segundo ele, Vélez disse ter intenção de apresentar propostas de gestão e financiamento das universidades, sem detalhar quais. Afirmou, ainda, que convidará a Andifes a debater os temas. “Estamos abertos. Não fugimos ao debate”, disse Balduino.

O reitor Roberto Leher avaliou as posições expressadas por Vélez: “Ele possui uma visão de mundo carregada de convicções. Como Ministro, irá descentrar sua concepção para exercitar a condição de representante do Estado, dialogando com distintas realidades. É um processo”.

NOTAS

HONORIS CAUSA

Diretor de teatro, dramaturgo, ator e professor, Amir Haddad receberá da UFRJ o título de doutor honoris causa. Haddad é criador do grupo Tá na Rua e desde os anos 70 pesquisa formas de fazer um teatro menos convencional, apostando na desconstrução de cena, na utilização aberta de espaços cênicos e na interação entre atores e público. A homenagem será no Salão Pedro Calmon, no dia 13 de fevereiro, às 17h.



ARQUIVO ADFRJ

BIOTECNOLOGIA NO PARQUE

O Parque Tecnológico da UFRJ assumiu desde 1º de fevereiro a gestão do Polo de Biotecnologia. A mudança se deve ao fim do convênio da UFRJ com a Fundação BioRio. Agora as 34 empresas do polo estão integradas ao parque. “As empresas possuem sinergia com nossas atividades e com as capacidades inovadoras dos nossos grupos de pesquisa”, afirmou o diretor do Parque Tecnológico, José Carlos Pinto.

Ciência é coisa de mulher

KATHLEN BARBOSA

comunica@adufjrj.org.br

Ser cientista não é “coisa de menina”. Meninos é que são bons em matemática. Repetidas frequentemente, frases assim ajudam a construir o estereótipo que afasta meninas e mulheres do campo científico. Dados da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) revelam que apenas 28% dos pesquisadores do mundo são mulheres. Para reduzir essa diferença, a Unesco criou em 2015 o ‘Dia Internacional de Mulheres e Meninas na Ciência’, celebrado em 11 de fevereiro.

Segundo o relatório “Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática (STEM)”, o interesse de meninos e meninas pelas ciências é praticamente o mesmo na infância. É na adolescência que elas começam a se desligar de temas ligados à matemática e às demais ciências.

O relatório destaca que professoras das áreas de ciência, matemática, tecnologia e engenharia influenciam positivamente no desempenho e envolvimento das alunas. Por outro lado, a aprendizagem é comprometida quando docentes questionam as habilidades a partir de estereótipos ou crenças machistas.

Segundo a professora Tatiana Rappoport, do Instituto de Física da UFRJ, o afastamento da mulher do campo científico se inicia cedo. “Meninas são criadas para cuidar da casa e da família



FERNANDO SOUZA

PARA ELAS: meninas acompanham experimento científico na UFRJ; interesse tem de ser estimulado

e isso faz com que, ao longo dos anos, se interessem menos por matemática e ciências”, afirmou.

Para a professora Viviane Gomes, do Instituto de Química, esse padrão educacional parte da família e da escola. A professora Débora Foguel, do Instituto de Bioquímica Médica, elogia a iniciativa da Unesco. “É importante termos um dia para falarmos sobre e darmos mais visibilidade a esse tema”, disse.

Segundo as pesquisadoras, políticas públicas e privadas implementadas nesse contexto são incipientes. “As ações são pontuais. Precisamos de mudanças no olhar que a família e a sociedade têm para com as meninas”, ressaltou Viviane. Tatiana, ganhadora do prêmio “Para Mulheres na Ciência”, em 2007, ofereci-

do pela L’Oréal Brasil, em parceria com a Unesco e a Academia Brasileira de Ciências (ABC), concorda que o ensino deve ser mais inclusivo. “A ciência deve ser ensinada pensando na diminuição dessas diferenças”.

Na UFRJ, projetos de extensão voltados para mulheres e ciência buscam incentivar alunas de escolas públicas do Rio de Janeiro a ingressarem nas áreas científicas e tecnológicas. “Queremos fomentar o interesse delas para que se sintam aptas a trabalhar nessas áreas”, explicou Viviane, coordenadora do projeto ‘Meninas na Química’. “A parte mais importante é poder apresentar possibilidades que não fazem parte do cotidiano delas”, reforçou Tatiana, co-criadora do projeto ‘Tem Menina no Circuito’.

ELISA MONTEIRO

UM NOVO OLHAR SOBRE AS CIDADES

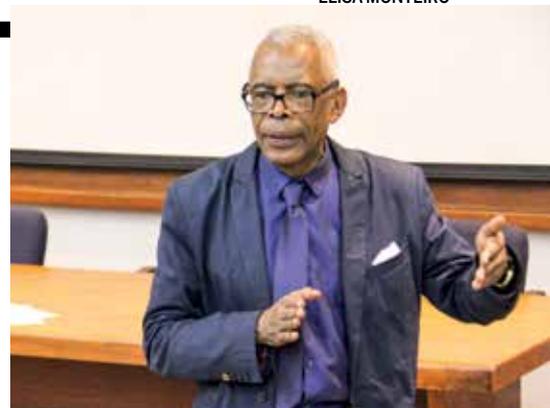
■ Em busca de um olhar menos eurocêntrico sobre o urbanismo, o professor Henrique Antunes Cunha Junior foi o convidado da disciplina Urbanismo Africano: 6000 anos construindo cidades, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, na terça-feira (5).

“As ideias de cidade no continente africano não opõem rural e urbano. Cidades rurais também têm urbanismo”, explica o Titular da Universidade Federal do Ceará. Militante do movimento negro, Cunha resgata as filosofias de lugares como Egi-

to e Etiópia para falar das ideias africanas milenares sobre cidade.

Henrique Antunes destaca palavras-chaves como comunidade, diálogo, natureza e sacralidade. “As pessoas continuam considerando importante a árvore central da comunidade, um baobá. E se reúnem em torno dela para decidir as coisas pelo diálogo”, sublinha.

Em entrevista à TV Adufrj, o docente critica as limitações da universidade brasileira em relação a territórios considerados periféricos. “Não temos nenhum centro



grande que fale de África e Ásia no Brasil. É uma limitação. Metade do que sei sobre história africana aprendi em casa, com meus pais, amigos, na militância”.